



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da Câmara Técnica de Habitação e Regularização Fundiária
15 de Março de 2016

Às 14h30min do dia 15 de março 2016 (quinze de março de dois mil e dezesseis), na sala de reuniões da Secretaria de Planejamento Urbano - Edifício Sede da Prefeitura do Recife – 5º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife, Recife/PE), iniciou-se a 1ª reunião da Câmara Técnica de Habitação e Regularização Fundiária do Conselho da Cidade do Recife, sob a coordenação da Secretária Especial de Planejamento Estratégico – SEPLAN a Sra. Norah Helena dos Santos Neves que expôs a pauta: **instalação da Câmara Técnica com a escolha, dentre os seus membros, de um coordenador e um secretário; apresentação e debate do Mapeamento das Áreas Críticas do Recife** e outros informes. Estiveram presentes os conselheiros: Renata Lucena, representante da SEHAB, Josineide Souza, representante do PREZEIS, Márcio Erlich, representante do IAB/PE e Rubia Campelo, representante da URB Recife, quantificando quatro representações do total de sete que compõem a Câmara Técnica, obtendo, portanto quórum, maioria simples, para sua instalação. Iniciou-se a reunião com a abertura realizada por Norah Neves, que fez uma breve apresentação dos Artigos do Regimento do Conselho referentes às Câmaras Técnicas, e esclareceu que, de acordo com o Regimento, a Câmara Técnica pode ser constituída por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 09 (nove) representantes. Para a Câmara de Habitação e Regularização Fundiária há ainda 02 (duas) vagas que poderão ser preenchidas pelo segmento dos movimentos sociais, que até o momento, não fizeram indicações. Sobre o preenchimento dessas vagas, caberá ao plenário do Conselho encaminhar essa definição. No momento, caberá aos presentes definir sobre a coordenação da Câmara e seu secretário. Foi ressaltado que os conselheiros podem integrar mais de uma Câmara e participar de debates como convidados. Norah fez a leitura das atribuições da Câmara Técnica que se encontram no Art. 18 do Regimento Interno do Conselho da Cidade. Propôs que os presentes escolhessem o coordenador da Câmara. Considerando que as atribuições da Secretaria de Habitação tem relação direta com a presente Câmara, ponderou que a representante da SEHAB assumisse a sua coordenação, sendo aceita por todos. Rúbia, representante da URB, solicitou que fossem esclarecidas as atribuições do coordenador e do secretário. Norah esclareceu que o coordenador teria o papel de articular, mobilizar, organizar e coordenar os trabalhos com o apoio da SEPLAN, tanto nos registros, como na mobilização, bem como, outras atividades de iniciativa da Câmara. Definiu-se, então, que a coordenação será realizada pela representante da SEHAB, Renata Lucena e, temporariamente, na secretaria, o representante do IAB, Márcio Erlich, com a proposta de, posteriormente, repassar essa atribuição ao representante do CENDHEC ou outro membro dos Movimentos Sociais, que por não estarem presentes no momento deverão se posicionar sobre a proposição na próxima reunião. Em seguida, Márcio informou que não consta ainda no site do Conselho a apresentação feita do Mapeamento das Áreas Críticas do Recife. Sobre essa questão, foi esclarecido que será disponibilizada no site do Conselho, logo após a conclusão do ATLAS DAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS EM COMUNIDADES DE INTERESSE SOCIAL (CIS), o qual será publicado no site da Prefeitura. Iniciou-se a apresentação com Francisco Lopes membro da consultora

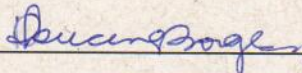
ENGECONSULT, contratada pela SANEAR, responsável pela elaboração do produto. O objetivo do mapeamento é identificar as áreas de maior carência de infraestrutura, entendido como principal indicador para definir as áreas críticas. Francisco ressaltou que o grande desafio da Prefeitura é manter a atualização dos dados. Há a estratégia de coletar os dados obtidos por profissionais que se encontram, permanentemente, em campo, como os agentes de saúde, de saneamento ambiental, fiscais do controle urbano e outros. Em seguida, os presentes fizeram algumas considerações destacando a relevância do trabalho para o planejamento urbano. Já o representante do IAB, perguntou se, no momento, o trabalho apresentado estava consolidado. Quanto à regularização fundiária, Norah, destacou que ocorreu uma redução de nos processos. João da Silva, do Movimento de Luta Popular e Comunitária de Pernambuco - MLPC/PE, colocou que há situações diversas sobre a questão fundiária. O consultor enfatizou que, com o lançamento do projeto, haverá um desafio quanto à indicação de novas áreas ZEIS. O Mapeamento permitirá identificar novas classificações de ZEIS, como também, apontar aquelas que já não se enquadram no critério de ZEIS. Exemplo dado da área de Casa Amarela, que precisa ser desmembrada. Adriana – SEPLAN levantou o questionamento sobre áreas que já alcançaram um padrão satisfatório de urbanização, mas que não devem deixar de ser ZEIS, pois os parâmetros urbanísticos adotados na ZEIS é um fator de proteção para essas áreas, no que se refere à especulação imobiliária. Norah destacou que nessa gestão foram criadas 07 (sete) novas ZEIS e que devem ser repassadas para o conhecimento da Câmara Técnica, das quais 06 (seis) são ZEIS, tipo II. Segundo a lei, as ZEIS II são áreas com predominância de glebas ou terrenos não edificadas ou subutilizados, adequados à urbanização. Márcio, representante do IAB, expôs suas reflexões. Ele considerou que existe uma invisibilidade da própria cidade formal, principalmente, pela ótica do poder público. Outro aspecto, ressaltado, é o fato de mais da metade da população viver nessas áreas consideradas invisíveis. Outra questão se refere ao tempo necessário para implantação do Plano que foi apresentado. Qual o prazo, já que existe proposta de intervenção para 104 (cento e quatro) áreas? E enfatizou que considera importante que se tenha alguma garantia para implantação do plano. Outro aspecto levantado por ele tem a ver com a necessidade de se atualizar dados. E indagou: como se pensa fazer o acompanhamento dos dados que precisam ser atualizados cotidianamente? Existe um prazo ideal ou frequência para atualização dos dados? Norah colocou que os dados devem ser atualizados regularmente mediante os projetos e ações realizadas pela Prefeitura, que as Secretarias seriam responsabilizadas para informar no sistema sobre os novos dados. A respeito da matriz para atualização de dados, o consultor esclareceu que essa é uma ferramenta da Prefeitura. Márcio questionou sobre o direito da população de participar do planejamento, com pessoas capazes de analisar dados e com proposição. E perguntou: qual o tipo de dados está previsto para o acesso somente da Prefeitura? Há a possibilidade de acesso da população? Outra questão apresentada pelo representante do IAB/PE foi se o Plano tem relação direta com o Projeto Parque Capibaribe e com o Projeto do Centro Cidadão, se já ocorreu reunião, e se sim, como está a articulação? Renata, representante da SEHAB, colocou sobre a importância do mapeamento para o Plano Local de Habitação de Interesse Social. Destacou que o Plano estará com os dados mais atuais e enfatizou que o mapeamento será insumo para vários planos e projetos da cidade, nas áreas de saneamento, habitação, saúde e outros. Sobre os questionamentos levantados, Francisco lembrou que, no dia 18 de abril de 2016, o Prefeito deverá lançar o mapeamento, com o Atlas.

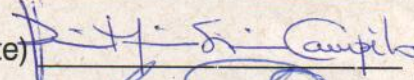
Norah informou desconhecer a data de lançamento. Francisco destacou a importância do documento, enquanto instrumento de planejamento, ferramenta que deverá subsidiar a elaboração de diversos planos e projetos da Prefeitura. Respondeu que há um alinhamento entre o Projeto Parque Capibaribe e o Mapeamento das Áreas Críticas, como também, a integração com o Plano Centro Cidadão. Foi destacado por ele que o desafio para esses três projetos é que eles são considerados uma estratégia robusta para urbanização e deve ser associado ao Plano Recife 500 Anos. Outro desafio é a integração dos órgãos e secretarias que produzem dados para alimentar o sistema, devendo colocar como prática cotidiana essa missão. Esclareceu, ainda, sobre a disponibilidade dos dados, que todos estarão abertos à população e, apenas a matriz de atualização será do controle da Prefeitura. Para atualizar os dados a Prefeitura deverá promover uma ampla capacitação envolvendo os órgãos e secretarias. Por determinado período de tempo, uma secretaria específica manterá uma equipe de três técnicos - um engenheiro, um arquiteto e um técnico social, que coletarão informações de campo para atualização do sistema. Haverá uma renovação nos instrumentos utilizados pela Prefeitura, pois a atualização será feita com tablet. A atualização do sistema será feita também pela defesa civil e haverá uma licença de uso do software. O treinamento dos técnicos da defesa civil já foi feito. Há uma ideia defendida pela gestão de integrar todos os bancos de dados, que atenda às várias áreas, inclusive a de empreendedorismo. Para isso, já foi adquirida a licença mais atual de software. Dando continuidade à apresentação, Francisco explicou que a partir da aplicação da matriz multicritérios foram definidas as 104 CIS prioritárias, que foram agregadas em doze conjuntos, chamados de agrupamentos prioritários. Para cada agrupamento foi desenvolvido uma planta diretora, definindo as diretrizes e elementos de integração necessários entre as CIS ali existentes. Nos estudos urbanísticos para as áreas que não são ZEIS, mas que estão consolidadas, será necessária a viabilização de parâmetros diferenciados. Para aquelas que são ZEIS deverão ser adotados os parâmetros já definidos em lei. Ressaltou, ainda, a necessidade de se fazer uma avaliação das áreas que poderão ser transformadas em ZEIS, bem como de se obter uma classificação de tipos de ZEIS que poderão ainda ser criadas. Destacou, em seguida, outras áreas que não podem ser regularizadas, mas o Plano Diretor definirá a respeito dessas áreas. Rúbia perguntou se há a intenção do poder público transformar esse trabalho em lei, ou seja, que ele tenha um respaldo jurídico, e indagou: qual a força desse trabalho? Tenho dúvidas se outras secretarias entendem a força desse trabalho. Questionou se uma matriz como essa poderá minguar canais de participação, como a Câmara de Urbanização do PREZEIS, pois, tecnicamente, esse plano dará as definições. Norah esclareceu que o fórum do PREZEIS, no passado, discutia a área de forma integral, e não intervenções pontuais e acrescentou que a matriz poderá ser um instrumento para subsidiar o debate nos canais de participação. Rúbia continuou os questionamentos, indagando: como esse mapeamento poderá se articular com os canais de participação? Quais são as estratégias de divulgação, capacitação e de gestão desses dados? Ponderou que, caso não se tenha um organismo, um corpo físico para alimentar os dados e integrá-los, o plano não se efetiva. No final da reunião, Rodrigo, representante de Direitos Urbanos, destacou a importância desse encontro por ser um espaço para a integração do planejamento da cidade. Norah evidenciou a relevância de fortalecer os fóruns de discussão de políticas públicas. Informou, ainda, que há uma pré-agenda para a Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana para o dia 29/03/16 e dia 05/04/16 com o Estudo e Impacto de Vizinhança - EIV

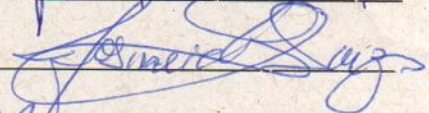


PREFEITURA DO
RECIFE

da Câmara de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente. Finalizada a reunião, os encaminhamentos dados foram os seguintes: Márcio, do IAB, sugeriu que, na próxima reunião da Câmara, fosse apresentado o estudo do Plano de Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS. Nadja Granja, que se apresentou pelo IAB/PE, sugeriu que na reunião agendada para a Câmara de Mobilidade fosse convidada a Comissão de Acessibilidade. Norah esclareceu que o diagnóstico do PLHIS, ainda está sendo feito sendo necessária a conclusão do diagnóstico pela empresa contratada para abrir o debate com a Câmara. O prazo da empresa é de 30 (trinta) dias, com previsão para o final do mês de abril de 2016. Renata – SEHAB se dispôs a apresentar a proposta do Plano, podendo ser pauta para a próxima reunião da Câmara. Nadja - IAB/PE destacou a importância da capacitação para as pessoas da Prefeitura que vão lidar com o Atlas das Áreas Críticas, para que não ocorra um retrabalho. Francisco destacou que vários Secretários conhecem o projeto e estão muito entusiasmados e que o trabalho interno de integração vem sendo construído, pois há a necessidade de se investir na maturação do próprio governo para que o projeto dê certo. Foi destacada a necessidade de continuidade de debate desse tema na Câmara de Habitação. Observou que pensar o plano como lei, talvez não seja a sua proposta, mas, sim, uma ferramenta do planejamento. Sobre a próxima reunião da Câmara, Renata sugeriu a data de 12 de abril de 2016 (terça-feira), e que as próximas sejam a cada segunda terça-feira do mês. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu, Socorro Cavalcanti, Gerente de Integração Socioeconômica da SEPLAN, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 15 de março de 2016.

Renata Lucena – SEHAB (Titular) 

Rúbia Maria Simões Campelo – URB – Recife – (Suplente) 

Josineide da Silva Souza – Fórum do PREZEIS (Titular) 

Márcio Barbosa Erlich - IAB-PE (Titular) 

Convidados e equipe de apoio da SEPLAN presentes:

Francisco Lopes (Engeconsult)
Patrícia Monteiro (Engeconsult)
Norah Neves (Secretária Especial de Planejamento Estratégico- SEPLAN)
Adriana Figueira (Gerente Geral de Projetos Estratégicos- SEPLAN)
Eliane Cabral (Gerente Geral de Planejamento Setorial)
Socorro Cavalcanti (SEPLAN)
Tarciana Lopes (SEPLAN)
Nadja Granja (IAB)
Luciana Azevedo (URB)
João José da Silva (MLPC)
César Lopes (ICPS)
Rudrigo Rafael (Direitos Urbanos)